

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 529.146 - SP (2019/0251872-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIELE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA
PICHININ - SP316106
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL DE SOUSA SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

GABRIEL DE SOUSA SANTOS, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0026869-54.2017.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 4 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, mais 20 dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 155, *caput*, c/c o art. 311 do CP.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

Neste habeas corpus, alega a defesa que a agravante do art. 61, II, "b", do CP não pode incidir na dosimetria relativa ao delito de adulteração de sinal identificador de veículo. Isso porque essa conduta delituosa visa a "assegurar a ocultação, impunidade ou vantagem do crime anterior [furto de veículo]. Depreende-se, portanto, que a agravante reconhecida constituiu o próprio crime de adulteração de sinal identificador, sendo ínsita ao referido tipo" (fl. 7).

Sustenta que é possível a substituição da privativa de liberdade por restritiva de direitos mesmo quando o acusado for reincidente.

Pede seja afastada a agravante na reprimenda referente ao crime descrito no art. 311 do CP e substituída a sanção de reclusão por restritivas de direitos.

Superior Tribunal de Justiça

Indeferida a liminar e apresentadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo seu não conhecimento.

Decido.

A sentença foi proferida nestes termos:

A ofendida confirmou **a ocorrência do furto, com uso da própria chave do automóvel**, que estava no estacionamento.

Os policiais atestaram que **o veículo foi encontrado em poder do acusado, já com as placas trocadas.**

O réu, ao ser interrogado, confessou os delitos.

Mesmo porque, como foi ele o furtador e o bem foi encontrado em sua posse, não poderia questionar sua contribuição para a adulteração do sinal.

Por fim, utilizada a chave do veículo, não há que se falar em reconhecimento da qualificadora.

A condenação, portanto, é inafastável.

Passo à dosimetria da pena.

Atendendo às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena base no mínimo legal em relação a ambos os delitos.

Na segunda etapa, a reincidência neutraliza os efeitos da confissão. No entanto, no tocante à adulteração do veículo, que foi praticado para ocultar o crime anterior, exaspero a pena em um sexto.

Na ausência de agravantes (sic), causas de aumento ou diminuição, a pena restará definitiva em (01) ano de reclusão e pagamento de dez (10) dias multa no tocante ao furto e três (03) anos e seis (06) meses e pagamento de dez (10) dias multa no tocante à adulteração.

(fls. 17-18, grifei)

O acórdão atacado asseriu o seguinte:

De rechaçar, outrossim, o pleito destinado ao afastamento da agravante prevista no art. 61, inc. II, alínea "b", do Código Penal, pois quando do flagrante, o veículo já estava com uma das placas adulteradas, o que caracteriza o dolo, consistente em ocultar crime anterior, no caso o furto.

Presente, portanto, a agravante descrita no art. 61, inciso II, alínea "b", do Código Penal.

No capítulo referente às penas, nenhum ajuste há de ser feito.

As penas base foram fixadas nos mínimos legais, sendo a agravante da reincidência compensada com a atenuante da confissão e as reprimendas do delito do art. 311, do Código Penal acrescidas de 1/6 (um sexto), em razão da majorante acima citada.

Considerando-se as circunstâncias que envolveram os delitos (furto de veículo e sua adulteração) e a existência de antecedentes reprováveis (fls. 69/70), o regime imposto na r. sentença deve ser mantido, pois evidente que o réu não reúne condições de viver em sociedade, por perturbar a ordem pública e causar intranquilidade social, e que as condenações anteriores não foram suficientes para inibir a prática de novos crimes, o que torna imperioso maior rigor na eleição do regime de cumprimento, para que a pena atinja suas reais finalidades.

Pelos mesmos motivos, o acusado não faz jus à substituição da corporal por pena alternativa.
(fls. 14-15, destaquei)

A defesa sustenta que a agravante prevista no art. 61, II, "b", do CP não incide na dosimetria relativa ao crime de adulteração de sinal identificador de veículo furtado. Isso porque "a finalidade da ocultação do crime anterior (furto) é ínsita à prática do delito de adulteração de sinal identificador de veículo automotor" (fl. 7).

Em que pesem os argumentos da impetrante, razão não lhe assiste.

A referida agravante aplica-se quando constatado que um delito foi praticado "para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime" (art. 61, II, "b", do CP).

Como se observa, a previsão legal coincide com os fatos relatados neste processo, em que **o agente trocou as placas do veículo que furtara, com a finalidade de ocultar o furto de automóvel.**

Nesse contexto, é necessário ressaltar que **o furto e a adulteração** de sinal identificador de veículo **não se encontram em relação de implicação necessária** e que, por isso, podem ser praticados no mesmo contexto ou isoladamente.

Superior Tribunal de Justiça

Ao contrário do que aduz a impetrante, **nem toda adulteração de sinal identificador de automóvel é feita para ocultar os furtos**. Com efeito, a redação do art. 311 do CP denota que esse crime se consuma com a mera alteração do sinal identificador e que não exige especial finalidade do agente.

Por conseguinte, é mais reprovável o ato que lesa a fé pública (art. 311 do CP) com a finalidade de ocultar (art. 61, II, "b", do CP) a subtração de patrimônio alheio (art. 155 do CP).

Assim, não há impedimentos de ordem lógica ou circunstancial para a incidência da agravante do art. 61, II, "b", do CP no cálculo dosimétrico do mencionado crime.

No que tange à substituição da sanção privativa de liberdade por restritiva de direitos, é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos objetivos e subjetivos exigidos para a concessão dessa benesse, os quais se encontram previstos no art. 44 do Código Penal, *in verbis*:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II - o réu não for reincidente em crime doloso;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Neste processo, a substituição foi acertadamente negada com base na reincidência do agente, haja vista o óbice literal constante no art. 44, II, do Código Penal.

Diante do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

